

09 dez 2009 / 20:13

## Impedimentos administrativos à progressão na carreira inviabilizarão acordo negocial

**Na reunião de 9 de Dezembro, 4ª feira, com o Ministério da Educação, a FENPROF fundamentou as suas posições, que constam do parecer que entregou na passada segunda-feira, tanto em relação à avaliação de desempenho, como à estrutura da carreira.**

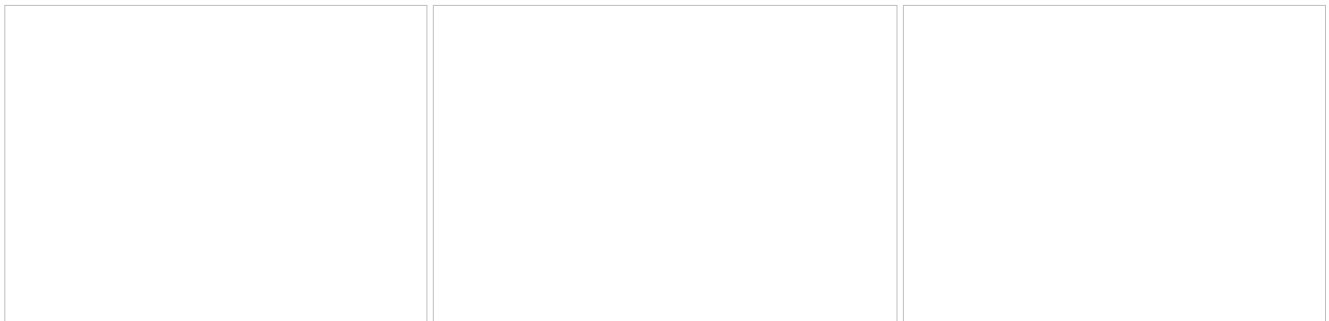
A FENPROF insistiu, também, na necessidade de o novo modelo de avaliação passar por um período experimental, evitando-se a repetição de erros cometidos na aplicação do modelo anterior, e tendo em boa conta as críticas que, a esse propósito, foram formuladas pelo CCAP.

Mas a divergência principal da FENPROF, em relação à proposta do ME, continua a ser a existência de mecanismos administrativos (quotas na atribuição de classificações e vagas para acesso a escalões) que impedem os professores de, independentemente da qualidade do seu desempenho profissional e da classificação obtida em sede de avaliação, progredirem na carreira.

A manterem-se esses estrangulamentos na carreira docente, não estarão reunidas condições mínimas para que exista acordo entre a FENPROF e o ME em torno desta matéria.

Na próxima quarta-feira, **dia 16 de Dezembro**, será a vez de o Ministério da Educação apresentar uma contraproposta negocial, pelo que essa reunião será de crucial importância para o desenvolvimento do processo negocial.

*O Secretariado Nacional da FENPROF  
9/12/2009*



*A delegação da FENPROF que reuniu com o ME foi constituída por Mário Nogueira, Secretário Geral; João Paulo Videira (SPGL), Abel Macedo (SPN), Anabela Sotaia (SPRC), Joaquim Páscoa (SPZS), Marília Azevedo (SPM) e António Lucas (SPRA)*